

Crise põe açúcar na Língua

Governo e patronato recorrem a artifícios de linguagem para disfarçar efeito negativo das decisões tomadas

Texto **VALDEMAR CRUZ**
Ilustração **HELDER OLIVEIRA/WHO**

Afonso é um pessimista. Meteu-se-lhe na cabeça que foi despedido quando, na verdade, apenas foi dispensado da empresa devido a um processo de racionalização e otimização de recursos humanos. A cunhada, Mariana, vai pelo mesmo caminho. Andá zangada desde que olhou para a folha de salário e a sentiu mais leve. Não consegue assimilar as vantagens de estar a usufruir de uma desvalorização competitiva do vencimento e, vai daí, desata a usar palavras quase pré-históricas, como capitalismo ou exploração de trabalhadores. Para já, não há capitalismo. Há economia de mercado. E, depois, trabalhadores é um conceito marxista destinado a apelar a uma luta de classes inexplicável num ambiente gerido por empreendedores que esperam o melhor dos seus colaboradores, como bem o sintetizou o ministro Gaspar esta semana ao justificar as transferências de capital dos trabalhadores para as empresas através da redução da Taxa Social Única.

Graças à crise, o discurso dos poderes político e económico está a revelar uma inusitada capacidade inventiva para construir cenários de amenização da tragédia através da linguagem. No processo de engenharia social em curso ainda não está construído o homem novo, mas foi aberto caminho para um mundo ideal onde já não há patrões, trabalhadores, despedimentos ou diminuição de salários. Se nesta deriva de construção de uma nova narrativa social há opções tocas, como a do ministro Álvaro que, incapaz de pronunciar a palavra que lhe queimaria os lábios — desemprego — optou, em plena Assembleia da República, por falar do “coiso” para significar a coisa que hoje todos destacam (mais de 35% dos jovens estão sem trabalho e há mais de um milhão de portugueses sem emprego), outros há mais rebuscados, como o ministro Relvas. Para se referir à emigração a que tantos jovens se veem forçados, dizia na apresentação de um programa destinado a incentivar o emprego jovem, que “a aposta nos ativos humanos permitiu que haja jovens portugueses por todo o lado”. Passos Coelho, por sua vez, na tomada de posse do Conselho para o Empreendedorismo e a Inovação, revelou que “despedir-se ou ser despedido não tem de ser um estigma”. No discurso da passada semana justificou o enunciar de medidas que deixaram o país em estado de choque, com a necessidade de prosseguir “com o processo de consolidação orçamental”. Logo a seguir os portugueses perceberam o significado real de uma expressão na aparência tão inócua.

Vivemos um tempo marcado pelos artifícios de linguagem. Em maio de 2011, num discurso na Alfândega do Porto, Paulo Portas dizia que “vamos ser os únicos a ter crescimento negativo”, numa referência à governação de José Sócrates. Em fevereiro deste ano, Miguel Frasquilho, vice-presidente da bancada do PSD, ao falar das previsões económicas da Comissão Europeia para 2012, previa ser possível que “no início de 2013 estejamos em condições de regressar

ao crescimento positivo”. Frasquilho joga com uma redundância decorrente da aceitação no discurso económico da incongruência enunciada por Portas.

O triunfo do eufemismo

É o triunfo do eufemismo no discurso político e económico. Fala-se em gorduras do Estado e consolidação fiscal para significar subida de impostos e cortes nos serviços públicos. As falências são transformadas em insustentabilidade financeira. Exalta-se o resgate financeiro da *troika* para enunciar um vulgar empréstimo a taxas de juro elevadas. Disfarça-se a carga negativa, e desastrosa do ponto de vista social, inerente à condição de desempregado, com o aceno de que todos têm aí uma nova oportunidade de vida. Basta tornarem-se empreendedores.

José Pacheco Pereira, historiador e comentador político, defende que hoje, em Portugal, “a linguagem do poder é uma espécie de economês político, que tem esse conteúdo eufemístico. Não é uma linguagem política só. É a linguagem de quem está a decidir que a economia e a sociedade precisam de voltar a um

A COBERTO DA CRISE, O DISCURSO DO PODER POLÍTICO CONSTRÓI CENÁRIOS DE AMENIZAÇÃO DA TRAGÉDIA ATRAVÉS DA LINGUAGEM

estado natural de que se desviam nos últimos anos”. Este discurso, diz, “tem muitas ideias sobre a natureza da sociedade, da economia, da ação política, que são muito redutores no plano político e muito empobrecedoras da realidade”.

António Casimiro Ferreira, sociólogo, professor na faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e autor do livro “Sociedade de Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção”, vê a ideia de empreendedorismo como “um bom exemplo de como um conceito que faz apelo à autonomia, ao individualismo, passa a ser constitutivo da identidade de um desempregado, o que é verdadeiramente surpreendente”. Manuel Carvalho da Silva, ex-secretário-geral da CGTP, sociólogo, investigador no Centro de Estudos Sociais, recorda que o “desempregado é sacrificado no seu direito de subsídio de desemprego, os trabalhadores são colocados debaixo das maiores pressões em nome da inevitabilidade, mas dizendo-lhes que tenham esperança” porque cada um deles, individualmente, e em particular o desempregado, “se tiverem uma atitude empreendedora, encontram aí a esperança e o futuro”. O problema, prossegue, é que “os problemas coletivos não são resolvidos” e está-se a criar “uma ilusão de saída”.

Maria Alzira Seixo, escritora e professora na Faculdade de Letras de Lisboa, constata que o eufemismo “pretende atenuar a dimensão dos factos e, no limite,

ludibriar ou mesmo enganar o destinatário, deturpando a efetividade da comunicação”. Considera, por isso, pouco consentâneo com o rigor da ciência política “que um facto se comunique sob formas extremas de atenuação, que o deturpam e chegam a sugerir o seu inverso”.

Desequilíbrio de poderes

Um dos exemplos ilustrativos desta ideia é o conceito de flexissegurança, muito divulgado na governação de José Sócrates para, como diz Alzira Seixo, “validar o tipo de relações empregador/empregado, que renegava a orientação pseudo-socialista desse governo, e foi uma das bases da calamitosa crise do desemprego” atual. Para Carvalho da Silva, a flexissegurança representa “o abastardamento total” dos conceitos. Para haver flexissegurança “teria de haver condições de segurança, que estão a ser desarmadas todos os dias”, até porque “as relações de poder estão a desequilibrar-se profundamente em favor dos trabalhadores”. A crise tem facilitado o uso persuasivo da linguagem e proporcionado a construção de um discurso hegemónico assente no imaginário neoliberal de funcionamento do mercado, isto é do capitalismo. O problema, na opinião de Pacheco Pereira, é que “a cultura dominante dos nossos governantes, neste momento, não é liberal”. Assenta apenas num liberalismo económico, enquanto, para o historiador, “o genuíno liberalismo parte do liberalismo político para o liberalismo económico e não o contrário. Isso vê-se na pouca preocupação em relação aos problemas específicos de liberdade”, que no atual vocabulário político “apenas significa liberdade económica”.

Manuel Frias Martins, professor da faculdade de Letras de Lisboa, defende que estamos a assistir a uma manipulação do outro, “convencendo-o da benignidade de factos negativos”, o que conduz “a um ocultamento da realidade que só favorece exatamente quem detém o poder da linguagem”. A crise económica traz à superfície todo esse arsenal de expressões usadas para camuflar “situações laborais injustas, práticas empresariais egoístas, situações humanas muito difíceis”. Num tempo de áreas semânticas perversas, Manuel Loff, historiador e investigador de história contemporânea, recupera a questão do interesse nacional, invocado para justificar políticas que se sabe serem de difícil aceitação popular. Resulta daí que “automaticamente é esmagada qualquer discordância e a oposição é transformada em dissidência inaceitável”. É a consequência natural da imposição do discurso da inevitabilidade, como se a democracia não fosse, por definição, o espaço das alternativas. Como diz Loff, “a invocação do interesse nacional é muitas vezes apenas a expressão de um interesse político e ideológico específico”. No salazarismo, por exemplo, todas as ações contra o Governo eram consideradas antinacionais. Daí à democracia orgânica, outra habilidade salazarista, foi um pequeno passo, que obrigou a uma longa caminhada através de tempos duros, marcados pela completa ausência de direitos e de liberdade. Ai, sem ponta de eufemismo.

vcruz@expresso.imprensa.pt

